

O Exercício do Poder Institucional - A Autoridade Legitimada

Maria Nanci Lima Vieira*

"Quando o homem, presa de condições econômicas e sociais que o avassalam, deixa de reconhecer no mundo um lugar onde possa ter vontade de viver, a cultura favorece a sua fuga para um espaço 'privado irreal'".
Foucault (1968)⁽¹⁾

"A totalidade das Instituições existentes os aprisiona de corpo e alma a ponto que sem resistência sucumbem ante tudo o que lhes é oferecido".
Adorno (1976)⁽²⁾

As Instituições surgem a partir da apropriação de um objeto...

"O objeto institucional não pode ser um objeto material... e o processo de apropriação desse objeto é permanente..."
Guilhon (1977)⁽³⁾

Se tivermos como exemplo uma Instituição para pessoas portadoras de deficiência poderemos destacar, como objeto de ação, da existência mesma dessa Instituição, a "preparação" desses indivíduos. Dependendo da faixa etária a ser definida como clientela, essa "preparação" será especificada Estimulação Precoce, Escolarização ou Profissionalização. A tarefa de "preparar" o portador de deficiência a fim de que ele possa inserir-se no convívio social, como objeto da Instituição se definirá somente com a polarização desse mesmo objeto. Assim a categoria "preparação" transformado no conceito "habilitação" só encontrará sua definição enquanto objeto institucional na relação habilitação/inabilitação. Outras categorias estarão também presentes na formulação do objeto da Instituição para deficientes: adaptação/inadaptação, treinamento/incapacidade, normalidade/patologia, deficiência/eficiência.

Na medida em que a Instituição se apropria do objeto passa a se defender - defendendo a sua existência e explicando a sua gênese, constituição e perpetuação -, através do uso desse objeto como propriedade e monopólio. Segundo Guilhon (1977) "o que sustenta o objeto institucional são relações sociais"⁽⁴⁾. As relações sociais, utilizando-se de mecanismos de exclusão do indivíduo portador de deficiência, engendram a criação de Instituições as quais é dada a tarefa da inclusão.

"As Instituições usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Já se

RESUMO

O autor aborda a questão das instituições para deficientes mentais, caracterizando-as como estruturas de proteção, compreendendo o indivíduo através de estereótipos diagnosticados. Enfatiza que a burocracia faz parte de sua estrutura e que funciona como forma de dominação e do controle. Finaliza afirmando que os reflexos institucionais aparecem no jovem portador de deficiência mental sob a forma de medos e falta de confiança.

UNITERMOS

Instituição, deficiência mental.

* Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da OSEC, mestranda em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Mackenzie - São Paulo.

sugeriu também que um freqüente objetivo oficial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal".

Goffman (1961)⁽⁵⁾

Embora o discurso oficial aponte sempre para objetivos de desenvolvimento e independência da pessoa portadora de deficiência, a Instituição utiliza-se de recursos que criam a dependência desse indivíduo dos serviços oferecidos pela Instituição. O primeiro passo para a criação da dependência é a classificação do indivíduo que passa a ser um "cliente", "paciente" ou "usuário" da Instituição, perdendo a sua condição de sujeito na medida em que parte da sua vida só será conquistada com "os serviços oferecidos pela Instituição". A reversão desse processo só poderia ocorrer com a devolução do objeto, pela Instituição, aos mecanismos das relações sociais.

O pressuposto da incapacidade da sua "clientela" é também um fator gerador da criação de dependência da Instituição.

"Em primeiro lugar, há Instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas".

Goffman (1961)⁽⁶⁾

Uma das características das Instituições de atendimento ao portador de deficiência é a crença quase absoluta de que esses indivíduos não conseguiriam viver (ao menos nos padrões estabelecidos, o que em parte é verdade) sem o atendimento oferecido pela "mãe" Instituição (os maiores defensores dessa crença são justamente os pais dos portadores de deficiência, a esse respeito veja-se Assumpção [1991]).

"Por desconhecerem as reais dimensões das deficiências e as múltiplas conseqüências para o indivíduo, sua família e a sociedade... Desinformados ou não conscientizados das reais proporções da natureza do problema, nossos cidadãos tentam ignorá-lo ou evitá-lo, deixando a responsabilidade nas mãos de profissionais ou de instituições especializadas".

Assumpção (1991)⁽⁷⁾

Repetimos que essa crença é verdadeira, em parte, se considerarmos que o conjunto de práticas sociais que reproduzem e legitimam as Instituições também favorecem a sua perpetuação, criando, como também já referimos, a exclusão x necessidade da inclusão.

Essa crença permite à Instituição, além da garantia da continuação de seu trabalho, pelo apoio recebido do conjunto da sociedade, a certeza de que esse trabalho é eficaz. Quando analisa os resultados de sua intervenção, a Instituição leva ao público a mensagem de que "os atendidos tiveram um ganho significativo em suas vidas" na medida em que conquistaram "um espaço na sociedade, no convívio social, foram "habilitados" a isso (!) pelo esforço institucional.

"... padrões humanitários passam a ser definidos como parte da "responsabilidade" da Instituição e, presumivelmente, como uma das coisas que a Instituição garante ao internado..."

Goffman (1961)⁽⁸⁾

Outro aspecto a ser analisado na estrutura das Instituições para deficientes refere-se ao poder que estas adquiriram na condução da vida de sua clientela.

"Quanto mais enfraquece a relação entre o destino de uma pessoa e o seu juízo autônomo, quanto mais se limita a possibilidade de optar pela realização de outra coisa que não seja a inclusão em organismos e Instituições Onipotentes, tanto melhores são as condições daqueles indivíduos de suas opiniões pessoais e de sua própria experiência, e que concebem o mundo de forma que melhor convém à organização que decide o seu porvir".

Adorno (1976)⁽⁹⁾

As próprias condições de admissão da clientela já denotam a sua subalternidade ante os Programas de atendimento oferecidos pela Instituição. Os objetivos e Metas foram estabelecidos de forma impessoal para "a pessoa deficiente", visando o seu "bem-estar".

"uma clientela, mesmo fixa, não chega nem mesmo a definir a âmbito de ação da Instituição, já que este é independente dos atores concretos que nele tomam parte..."

Guilhon (1977)⁽¹⁰⁾

Quase sempre as condições estabelecidas demonstram alguns princípios pautados em:

- ✓ estereótipos
- ✓ classificações
- ✓ padronizações
- ✓ enquadramentos
- ✓ filtragem da realidade fixando o que é permitido.

Na definição de seus critérios de elegibilidade, cada Programa da Instituição lida com estes princípios. Não é a pessoa "X" ou "Y" que será o objeto de sua intervenção mas um determinado "atributo" do qual esse indivíduo foi desapropriado passando a ser responsabilidade da Instituição o seu provimento. Para isso esse indivíduo não será mais um ser concreto mas genérico e sempre coletivo. Por exemplo, a Instituição "M" tem como objetivo a formação educacional dos portadores da Síndrome de Down.

A partir do momento em que o sujeito é absorvido pela máquina institucional ele passa a ser compreendido através do estereótipo do seu diagnóstico. Assim, seguindo o exemplo acima, todas as crianças com a Síndrome de Down seriam inseridas num Programa de Educação com objetivos e metas pedagógicas de acordo com o "modelo de criança down". Até alguns anos atrás este modelo não previa a possibilidade de alfabetização, entendendo-se que o portador de tal síndrome, em média renderia enquanto

deficiente mental de nível moderado ou, numa linguagem da Pedagogia, deficiente mental treinável.

Ainda dentro do conjunto de características das Instituições que atendem o portador de deficiência, destacamos a sua tendência ao comportamento onipotente. GUILHON (1977) analisa este fato indicando o caráter "totalitário de toda Instituição que só é limitada pela extensão do âmbito de outra Instituição".

Raras limitam-se ao atendimento de uma única "necessidade" até pelo fato de que seu objetivo, não sendo dilimitado ao nível de fronteiras materiais, pode abranger uma quantidade sempre dilatada de "necessidades" da clientela.

"O aspecto central de muitas Instituições pode ser descrito com a condição de que aspectos diferentes da vida de um indivíduo (lazer, trabalho, educação, saúde...) são atendidos num único lugar e sob uma única autoridade"
Goffman (1961)⁽¹¹⁾

O discurso institucional justifica a ampliação de seus Programas, num desdobramento de atendimento a diversos aspectos da vida de seus clientes, pelo lado emocional do "querer dar conta de todas as necessidades" porém, mesmo considerando-se que seriam reais essas necessidades, não podemos deixar de observar o lado onipotente, logo, autoritário dessa atitude da Instituição. Numa outra análise podemos também frisar que nesse sentido a Instituição estaria cumprindo a função social a ela atribuída pelo Estado, segundo ALTHUSSER (1974), onde caberia a ela a tarefa de abrigar aqueles considerados inaptos para convívio social. Quanto mais as "necessidades" da pessoa portadora de deficiência forem atendidas "intra-muros" da Instituição, menores se tornam suas condições de ser absorvida pelo próprio meio social donde se origina.

"Nas Instituições existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar dos atendidos, internados ou clientes, e uma pequena Equipe de Supervisão"

Goffman (1961)⁽¹²⁾

Falando de Instituição convém lembrarmos que estamos nos referindo aos atores institucionais. Na exposição acima citamos um dos agentes da Instituição - a clientela - aquela que recebe a ação institucional sendo, a nosso ver, um agente subordinado e quase sempre passivo. A Instituição porém é constituída de pelo menos mais dois agentes diretamente ligados às relações institucionais: A Direção e a Equipe.

Não nos deteremos aqui na Direção da Instituição pois acreditamos que, raras exceções, esse grupo não oferece à Instituição o conjunto de suas características "mas é o proprietário ou a instância de legitimação da propriedade do objeto institucional"⁽¹³⁾ Ghilhon (1977)

E geralmente a Direção oferece ou administra os recursos necessários, jurídicos e econômicos, ao desem-

penho das atividades da Instituição. Porém é a Equipe (Equipe Técnica, Equipe de Supervisão ou Equipe Multiprofissional) quem garante a tonalidade e perfil da moldura institucional.

Um fenômeno interessante de se observar é o processo de absorção de um novo elemento numa Equipe Multiprofissional. O fenômeno se assemelha ao de qualquer outro grupo já formado, no qual queira adentrar um novo membro, porém, algumas de suas características demonstram claramente que as normas de conduta, estabelecidas pela Equipe, indicam os padrões da Instituição.

Existe uma relação dialética entre as regras institucionais X comportamento da Equipe. É esta quem concretiza a ação institucional transformando muitas vezes as normas estabelecidas, mas é aquela que oferece as diretrizes básicas da atuação da Equipe conduzindo-lhe o trabalho para os objetivos traçados em seu plano.

"O caráter do grupo institucional não é a simples superposição dos traços caracterológicos de seus membros, mas a resultante dos vetores individuais que o compõe e que muitas vezes apontam para distintas direções. Há que se considerar ainda, a matriz operacional onde se inserem esses vetores e que diz respeito à natureza intrínseca e definitiva de cada instituição. A instituição (ou grupo que se institucionalizou) molda o funcionamento do indivíduo dentro dela, tanto quanto a resultante dos vetores pessoais de seus membros confere à Instituição uma identidade própria que a distingue de todas as congêneres"

Osório (1986)⁽¹⁴⁾

Um novo elemento causa na Equipe, num primeiro momento, uma reação de ratificação das normas de conduta e em seguida os seus elementos passam, um a um para a demonstração dos conhecimentos específicos de cada área profissional, buscando com isso "medir" o nível de interesse do novo elemento no sentido de "penetrar" na Equipe, pelo acatamento às normas, ao mesmo tempo em que infere o grau de "competência profissional" do novo elemento com a "avaliação" das suas respostas.

A medida em que a barreira for vencida o novo elemento é absorvido passando a fazer parte dos "agentes privilegiados" da Instituição, pelo saber e poder reconhecidos institucionalmente.

Não entraremos aqui na discussão e análise das disputas de poder entre Equipe e Direção, inerentes a quase todas Instituições pois estaremos aqui analisando somente o exercício de poder/autoridade direcionados para clientela.

Estamos usando a expressão "agentes privilegiados" com a mesma conotação de GUILHON e não no sentido de que esses profissionais tenham algum "privilégio".

"Por exemplo: nas escolas, os professores; nas instituições de saúde, os médicos; nas empresas, os administradores. Quanto mais institucionalizada a profissão dos agentes privilegiados e mais o objeto profissional se con-

fundir como objeto institucional, tanto mais a Instituição e sua prática se confundirão com a prática de seus agentes privilegiados"

Guilhon (1977)⁽¹⁵⁾

O reconhecimento do poder e do saber da Equipe pela Instituição é realizado através da delegação do poder institucional para o profissional. Essa delegação é tanto mais efetiva quanto maior for a identificação dessa Equipe, ou profissional, com os objetivos da Instituição. É o instrumento que a Instituição fornece para que seus "agentes privilegiados" façam valer o seu poder, a sua autoridade, é a burocracia.

"Quando os clientes podem ter contato face a face com a Equipe, os contatos geralmente se apresentam com pedido de uma parte e justificativas de atendimento, por outra parte... como precisa controlar os internados e defender a Instituição em nome de seus objetivos, a Equipe vale-se de tipos de identificação global (classificação) que permita fazer isso".

Goffman (1961)⁽¹⁶⁾

A burocracia, antes de qualquer outra definição é um instrumento de dominação e controle. Nalgumas Instituições ela adquire as características tecidas por Weber (1971) a saber: o formalismo, a impessoalidade e o profissionalismo.

Os membros de uma Equipe Multiprofissional são os representantes legítimos do saber dentro da Instituição, fornecendo aos objetivos institucionais um caráter científico, á medida em que são efetivados tendo por fundamentos os conhecimentos das diferentes áreas - saúde e educação - envolvidos no atendimento a clientela portadora de deficiência. O distanciamento que muitas vezes se observa entre os profissionais da Equipe e a clientela demonstram que as três características apontadas por Weber estariam mescladas na relação profissional x cliente.

A explicação que se obtém para esse fato não é, obviamente, a de que estaríamos diante de uma relação burocratizada, onde o pragmatismo e a racionalização ditariam as normas. O formalismo, a impessoalidade e o profissionalismo da relação profissional x cliente é entendido no âmbito da Instituição como elementos indispensáveis ao desempenho eficiente e eficaz do exercício profissional (!).

Embora não tenhamos neste ensaio o intuito de tecer análise sobre a estrutura de nossa sociedade ocidental, não podemos deixar de destacar que o pragmatismo e a racionalização adentram a ciência com o advento e expansão do capitalismo. A formação de profissionais, a partir daí, passou a ter como pressuposto o utilitarismo da ciência, fato que explica em parte, o caráter burocrático da atuação profissional.

"... a subordinação do conhecimento científico à utilidade, à adaptação e ao controle, bem como a modelação

da prática científica pela ação instrumental alcançaram realce cada vez maior".

Figueiredo (1991)⁽¹⁷⁾

A burocracia como elemento de dominação e controle serve nas mãos da Equipe quando esta mantém para si o monopólio do conhecimento. São demonstrações deste comportamento os "recheados prontuários" que circulam de departamento em departamento nas grandes Instituições ou de mão em mão de técnicos nas Instituições menores, sempre acrescidos de laudos ou pareceres técnicos onde as condições de vida do cliente são versadas sob diferentes enfoques.

Mais do que "agentes privilegiados" a Equipe assume nesse instante a condição de agentes modeladores dos desejos, pensamentos e conduta da clientela pois a sua opinião, registrada como parecer pautado na "verdade da ciência", não define-se apenas como indicador dos passos a serem seguidos na intervenção, muito mais que isso, define-se como norteador da vida do cliente (suas perspectivas, possibilidades e limitações). Nisso reside a autoridade da Equipe: a sua condição de ser o autor institucionalizado e legitimado da vida do outro que aqui desempenha o papel de cliente.

A democratização das informações técnicas sobre a clientela poderia desencadear um processo de motivação nos próprios atendidos e seus familiares. Motivação à participação nas decisões sobre as etapas de seu processo de habilitação e conseqüentes encaminhamentos em sua vida. Estamos aqui falando de democratização de informações e não somente de fornecimento de informações. Este último é procedimento comum de Equipes Multiprofissionais; fornecer informações ao cliente, trata-se de prática cotidiana nas Instituições. A democratização entretanto pressupõe participação, discussão sobre a informação recebida, possibilidade de revisão do que foi estabelecido como conseqüência da troca de conhecimentos: técnico x empírico. E nesse sentido que observa-se o grande impasse: Como democratizar o processo de habilitação sem devolver ao cliente parte do "objeto" da Instituição, motivo de sua existência e seu monopólio?

"Mas a obrigação do trabalho tem também um papel de sanções e de controle moral, é que no mundo burguês em processo de constituição, um vício maior, o pecado por excelência acaba de ser definido; não é mais o orgulho nem a avidez como na Idade Média; é a ociosidade... é a incapacidade de tomar parte na produção, na circulação ou acúmulo das riquezas (seja por sua culpa ou acidentalmente). A exclusão a que estão condenados está na razão direta desta incapacidade..."

Foucault (1988)⁽¹⁸⁾

Falamos acima que as Instituições são criadas a fim de dar conta da "inclusão" do portador de deficiência no meio social. Mas a grande contradição centra-se justamente na exclusão a que está submetido esse segmento

da população; exclusão esta que é engendrada pelos próprios mecanismos sociais.

O preconceito ao portador de deficiência espalha a falsa versão de que toda pessoa portadora de "deficiência" não será capaz de "tomar parte" nos processos de produção. Essa idéia fundamenta-se no estigma ao portador de deficiência que lhe define pelo atributo "deficiência" antes de lhe considerar as especificidades individuais. E de uma sociedade, onde essa produção é o mais alto valor, só poderíamos esperar a exclusão desses indivíduos.

Porém a simples exclusão não soluciona o impasse até porque o contingente de pessoas que nascem ou adquirem algum tipo de deficiência é significativo (acima de 10% do total populacional nos países de 3º mundo, como o nosso caso) e em função disso surgem iniciativas que buscam efetivar a inclusão, algumas até com discurso de "integração".

Há dezoito anos, a Assembléia Geral da ONU aprovou a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes" (09/12/1975). Trata-se de mais um texto legal que embora existindo no papel não consegue fazer valer sua efetivação.

E o portador de deficiência termina por se apresentar com os reflexos dessa dinâmica social.

"De fato, quando o homem permanece estranho ao que se passa na sua linguagem, quando as determinações econômicas e sociais o reprimem sem que possa encontrar sua pátria nesse mundo, então ele vive numa cultura que torna possível uma forma patológica como a esquizofrenia; estranho num mundo real, é enviado a um 'mundo privado', que objetividade nenhuma pode mais garantir; submetido, entretanto, ao constrangimento desse mundo real, ele experimenta este universo para o qual foge, como um destino".

Foucault (1968)⁽¹⁹⁾

Trabalhando com jovens observamos que esses reflexos aparecem em forma de medos onde a falta de confiança em si mesmos é a sua demonstração, e em resposta ao estigma muitos reagem como incapacitados verdadeiros requerendo tempo e um trabalho árduo de nossa parte a fim de devolver-lhes a lente onde eles possam enxergar a própria totalidade, negada por uma sociedade e cultura que só lhes focaliza os limites.

SUMMARY

The author questions the institutions for mental retarded people and defines them as protectional places which try to understand the person according to a pre-established diagnosis.

Emphasizes that bureaucracy is present in these institutions and it works as a way of domination and control.

He concludes affirming that these institutional characteristics reflect in the mental retarded child by causing fear and lack of self-confidence.

KEY WORDS

Institutions, mental retardation.

Bibliografias

1. FOUCAULT, M. Doença Mental e Psicologia, Ed. Tempo Brasileiro, RJ, 1968.
2. ADORNO, T. W. Indústria Cultural, in: Teoria da Cultura, Seleção LIMA, Luis Costa, Editora Saga, RJ, 1976.
3. GUILHON DE ALBUQUERQUE, J.A., Elementos para uma Análise da Prática Institucional, in: Psicologia Institucional, GUIRADO, Marlene, E.P.U., SP, 1987.
4. GUILHON, idem, ibidem.
5. GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos, Ed. Perspectiva, SP, 1961.
6. GOFFMAN, idem, ibidem.
7. ASSUMPÇÃO JR., F. B. Introdução ao Estudo da Deficiência Mental, Ed. Memnon Edições Científicas, SP, 1991.
8. GOFFMAN, idem, ibidem.
9. ADORNO, idem, ibidem.
10. GUILHON, idem, ibidem.
11. GOFFMAN, idem, ibidem.
12. GOFFMAN, idem, ibidem.
13. GUILHON, idem, ibidem.
14. OSÓRIO, L. C. Terapia Institucional, in: OSÓRIO, C.C., Grupoterapia Hoje, P. Alegre, Artes Médicas, 1986.
15. GUILHON, idem, ibidem.
16. GOFFMAN, idem, ibidem.
17. FIGUEIREDO, L. C. M. Matrizes do Pensamento Psicológico, Ed. Vozes, RJ, 1991.
18. FOUCAULT, idem, ibidem.
19. FOUCAULT, idem, ibidem.